



DESPACHO

Processo nº 18800.099258/2026-42

1. Trata-se do Despacho MF-OUVIR-SIC (61136865), encaminhado pelo Serviço de Informação ao Cidadão, sobre pedido de acesso à informação recebido pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Ministério da Fazenda/MF, com prazo de atendimento até o dia 21/05/2026, pelo o qual a associação "FIQUEM SABENDO", requer o seguinte:

"Com base na Lei nº 12.527/2011 (LAI), solicito ao Ministério da Fazenda dados sobre denúncias e processos administrativos de assédio moral e sexual registrados nos últimos 3 anos (2023 –2025), abrangendo todos os órgãos e secretarias vinculadas ao MF:

1. Quantidade total de denúncias recebidas por ano e por órgão/secretaria (STN, SRFB, PGFN, SPE, etc.).
2. Classificação por tipo: assédio moral, assédio sexual ou ambos.
3. Classificação por gravidade, se houver escala interna (leve, médio, grave ou equivalente).
4. Situação/providência adotada em cada caso: arquivado, em apuração, sindicância instaurada, PAD instaurado, punição aplicada, encaminhado ao MPF, etc.
5. Tipo de punição aplicada nos casos concluídos: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria, etc.
6. Percentual de casos concluídos vs. em aberto por órgão.
7. Existe canal formal de denúncia interno no MF? Se sim, qual? Solicito os dados em formato agregado/anonimizado, sem identificação de denunciante ou denunciados."

2. Preliminarmente, cabe informar que as competências da Corregedoria do Ministério da Fazenda, são previstas pelo art. 8º do Decreto nº 11.907/2024 e alcança os servidores e empregados públicos em exercício no Ministério da Fazenda, não abrangendo os servidores e empregados públicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional, órgãos que possuem unidades correccionais independentes.

3. Neste sentido, de acordo com os dados extraídos do sistema e-PAD (Sistema da Corregedoria-Geral da União - CGU), considerando o período proposto pelo requerente, prestamos as informações consignadas na tabela:

Ano de abertura do processo	Quantidade de processos	Órgão	Tipo / Assunto do processo	Situação / Providência adotada	Conclusão/P aplicada
2023	4	Ministério da Fazenda	(4) Assédio moral	(1) Investigação Preliminar Sumária - IPS, concluída; (3) Análises Inicial de Admissibilidade, concluídas.	(1)Arquivam economicida (3) Arquivam ausência de r
2024	4	Ministério da Fazenda	(4) Assédio moral	(4) Investigação Preliminar Sumária - IPS, concluídas;	(1) Instauraçã administrativ (PAD), em a (1) Encaminhl apuração por correccional; (2) Arquivam ausência de r

2025	7	Ministério da Fazenda	(1) Assédio moral e sexual; e (6) Assédio moral;	(3) Análises Inicial de Admissibilidade, concluídas; e (4) Investigação Preliminar Sumária - IPS, concluídas;	(1) Encaminhamento para apuração por correccional; (1) Instauração administrativa (PAD), em andamento; (3) Incorporação do procedimento existente; e (2) Arquivamento em razão da ausência de r
Total de Processos Recebidos (T.P) - 2023/2025				15	
Total de Processos Concluídos na unidade (T.C) - 2023/2025				13	
Percentual de casos concluídos X em aberto (T.C/T.P x 100)				86,66%	
Ao que se refere o item 3, informa-se que, de acordo com o que dispõe o art. 14, § 3º, da Portaria COGER/MF nº 830, de 2026: <i>(...) "As denúncias que envolvam assédio moral, assédio sexual ou discriminação deverão ser tratadas com prioridade, e a natureza dessas condutas como de máxima gravidade para fins de análise e deliberação."</i>					
Quanto ao item 7: O canal formal para o envio de denúncias é a plataforma Fala.BR . O registro é feito de forma online e com segurança e o tratamento adequado das informações, bem como o sigilo necessário.					

Informações de caráter pessoal: NÃO

Responsável pela resposta: Coordenadora de Administração Correccional

Recurso de 1ª instância: Corregedor

4. Ante o exposto, submete-se a proposta de resposta à consideração superior.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

LUDMILA MACIEL VIEIRA DE ALENCAR CHINCHILLA

Coordenadora de Administração Correccional

5. **De acordo.**

6. Restituam-se os autos ao Serviço de Informação ao Cidadão, para envio das informações apresentadas por esta Corregedoria.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

ANTÔNIO CARLOS VASCONCELLOS NÓBREGA

Corregedor



Documento assinado eletronicamente por **Ludmila Maciel Vieira de Alencar Chinchilla**, **Coordenador(a)**, em 22/05/2026, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega**, **Corregedor(a)**, em 22/05/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61511521** e o código CRC **13A96705**.

Referência: Processo nº 18800.099258/2026-42.

SEI nº 61511521